

**O CAMINHO DAS MISSÕES COMO PATRI-  
MÔNIO IMATERIAL MISSIONEIRO: REFLE-  
XÕES PELA ÓTICA DA PATRIMONIALIZA-  
ÇÃO DE JEAN DAVALLON**

LARISSA CONCEIÇÃO DOS SANTOS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
SÃO BORJA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL  
LARISSASANTOS@UNIPAMPA.EDU.BR

INGRID BOMFIM GONÇALVES  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
SÃO BORJA, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL  
INGRIDBGONCAL@GMAIL.COM

## **O CAMINHO DAS MISSÕES COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL MISSIONEIRO: REFLEXÕES PELA ÓTICA DA PATRIMONIALIZAÇÃO DE JEAN DAVALLON**

**Resumo:** O estudo investiga o conceito de patrimonialização, na perspectiva do sociólogo francês Jean Davallon, a fim de explorar, por meio de um estudo teórico-reflexivo, a importância e a pertinência da rota “Caminho das Missões” como patrimônio cultural imaterial missioneiro. Como resultante, observa-se no Caminho das Missões o cumprimento dos requisitos de patrimonialização estabelecidos por Davallon (2014), corroborando teórica e cientificamente a legitimidade do patrimônio imaterial das Missões e do valor histórico e memorial encarnados no percurso turístico e de peregrinação aqui analisados.

**Palavras-chave:** Comunicação; Patrimônio; Patrimonialização; Missões.

## **EL CAMINHO DAS MISSÕES COMO PATRIMONIO INMATERIAL DE LA MISIÓN: REFLEXIONES DESDE LA PERSPECTIVA DE LA PATRIMONIALIZACIÓN DE JEAN DAVALLON**

**Resumen:** El estudio investiga el concepto de patrimonialización, desde la perspectiva del sociólogo francés Jean Davallon, con el fin de explorar, a través de un estudio teórico-reflexivo, la importancia y relevancia de la ruta "Caminho das Missões" como patrimonio cultural inmaterial de la misión. Como resultado, se observa en el Caminho das Missões el cumplimiento de los requisitos de patrimonialización establecidos por Davallon (2014), corroborando teórica y científicamente la legitimidad del patrimonio inmaterial de las Misiones y el valor histórico y conmemorativo que se muestra en la ruta turística y de peregrinación aquí analizada.

**Palabras clave:** Comunicación; Patrimonio; Patrimonialización; Misiones.

## **CAMINHO DAS MISSÕES AS INTANGIBLE HERITAGE: REFLECTIONS FROM THE PERSPECTIVE OF THE PATRIMONIALIZATION OF JEAN DAVALLON**

**Abstract:** The study investigates the concept of patrimonialization, from the perspective of the French sociologist Jean Davallon, in order to explore, through a theoretical-reflexive study, the importance and relevance of the route "Caminho das Missões" as an intangible cultural heritage. As a result, it is observed in the Caminho das Missões the fulfillment of the patrimonialization requirements established by Davallon (2014), corroborating theoretically and scientifically the legitimacy of the intangible heritage of the Missions and the historical and memorial value incarnated in the tourist and pilgrimage route analyzed here.

**Keywords:** Communication; Heritage; Patrimonialization; Mission.

## 1 INTRODUÇÃO

A concepção de patrimônio cultural, da forma como conhecemos atualmente, surgiu no início da Revolução Industrial, considerando-se que tal evento colaborou para a ampliação da ideia de patrimônio para além do âmbito histórico, levando em consideração também as realizações intangíveis (NOGUEIRA, 2007). Pode-se dizer que manifestações culturais como objetos, monumentos, saberes, conhecimentos, utensílios etc., acompanhados de sua importância social, econômica, cultural e científica, formam o patrimônio cultural (SOUZA, 2016).

De acordo com a definição de Davallon (2014, p.14) “a patrimonialização é o processo pelo qual um coletivo reconhece o status de patrimônio a objetos materiais ou imateriais, de tal maneira que esse coletivo se torna herdeiro de quem os produziu e, como tal, tem a obrigação de os guardar a fim de transmiti-lo.”<sup>1</sup>

O processo proposto pelo autor compreende certos “gestos”, que implicam 1) o *reconhecimento do objeto*, o valor atribuído a este por muitas pessoas que integram essa coletividade. Isto é, um interesse coletivo que atribui a um dado objeto um valor inestimável que faz com ele seja digno de um esforço de preservação; 2) a *produção de conhecimento sobre o objeto e sua origem*, pois, na visão de Jean Davallon, o reconhecimento do status de patrimônio gera uma mobilização e consequente produção de saber sobre ele; 3) a *declaração do status de patrimônio*, ou o explícito -ou público, jurídico, administrativo - reconhecimento dessa condição atribuída ao objeto material ou imaterial; 4) a *organização do acesso coletivo ao objeto patrimonial*, pressupondo aí que os membros da coletividade sejam os beneficiários diretos da existência desse patrimônio; e, por fim, 5) a *transmissão de tais objetos patrimoniais às gerações futuras*, estabelecendo um vínculo temporal entre passado, presente e futuro (DAVALLON, 2014, p.14-15).

Na França, o ano de 1980, denominado “Ano do patrimônio” pode ser considerado como um marco para o surgimento da noção de patrimônio de

---

1 No original em francês: « La patrimonialisation est le processus par lequel un collectif reconnaît le statut de patrimoine à des objets matériels ou immatériels, de sorte que ce collectif se trouve devenir l’héritier de ceux qui les ont produits et qu’à ce titre il a l’obligation de les garder afin de les transmettre ».

uma maneira geral, já que, nas palavras de Jean Davallon, tudo se torna ou é considerado patrimônio: a arquitetura, as cidades, os prédios industriais, as paisagens. É dessa forma que o conceito começa a surgir não como uma categoria científica, mas a partir de seu uso político ou administrativo no espaço público e que abre espaço para o reconhecimento de “novos objetos patrimoniais”.

De acordo com o autor, percebe-se nessa época a existência de duas vertentes com visões distintas a respeito do que se entende e pode ser aceito ou reconhecido como patrimônio. Trata-se, por um lado, de um grupo mais tradicional que defende os objetos patrimoniais já “estabelecidos” – a legitimidade, o valor e a sacralidade das obras de artes e dos monumentos – em favor de um chamado patrimônio nacional, legítimo por natureza. E, do outro lado, aqueles que estendem a abertura a outros objetos, ou novos objetos do patrimônio, que não estejam restritos apenas ao escopo da história da arte. Para estes últimos resta o desafio de estabelecer os critérios por meio dos quais seria possível definir quais objetos podem ou não entrar na categoria de patrimônio, ou seja, como justificar esse status (DAVALLON, 2014, p. 17).

Davallon destaca que a partir desse conflito de visões emerge, a partir dos anos 80, uma reflexão crítica entre os estudiosos, especialmente das áreas de história e sociologia, sobre a proliferação ou obsessão patrimonial.

Para o economista Marc Guillaume, essa paixão pelo passado, que faz tudo tornar-se patrimônio, é reveladora de uma espécie de luto interminável da sociedade, como uma espécie de dificuldade em romper com o passado tradicional e que culmina com uma acumulação de objetos que entende-se por “patrimônio”, como traços ou indícios dessas origens. Já o sociólogo Henri-Pierre Jeudy observa os usos sociais e as reivindicações de memória dos chamados “novos patrimônios” pelos grupos sociais, como formas de perpetuação de ou de produção de simulacros de uma memória coletiva passada, que acaba criando obstáculos ao avanço ou movimento (evolução) dela. De uma maneira crítica, Jeudy analisa o que ele denomina de “museus do social” que eternizam o passado por repetição, estabilizando certas práticas sociais ou culturais do grupo (DAVALLON, 2014).

De maneira crítica e pontuando também os aspectos negativos da exaltação do patrimônio, os historiadores Pierre Nora e François Hartog denunciam a prática comemorativa e rememorativa do passado em ruptura com o conhecimento histórico e no bojo da trilogia identidade, memória e patri-

mônio (NORA, 1992). O passado é convocado ao presente, ou, nas palavras de Hartog “presentificado”, ou seja, a fusão do passado com o presente ou a evocação no passado diante de anseios atuais, simbolizando um “uso presentista do passado” (HARTOG, 2003). E, finalmente o historiador David Lowenthal propõe estabelecer uma diferença e um distanciamento entre história e patrimônio, denunciando os maus usos da herança patrimonial, e criticando o fato de que há uma fábrica (ou fabricação) do patrimônio à luz de interesses presentes através das “maneiras que a patrimonialização tem de alterar a verdade do passado” (DAVALLON, 2014, p.18).

É na esteira do pensamento de Jean Davallon e, mais especificamente, de seus escritos sobre o patrimônio imaterial e a patrimonialização (DAVALLON, 2006; 2014), que este estudo busca dedicar-se, visando lançar luz e trazer à tona as reflexões do teórico francês para analisar as possibilidades em torno da patrimonialização do roteiro turístico “Caminho das Missões”, na região do Rio Grande do sul reconhecida como rota dos “Sete Povos das Missões”, remanescente dos período de colonização jesuítico-guarani no Brasil, cujo objetivo é interligar os caminhos originais, que eram antigamente percorridos de uma redução jesuítica a outra, por trilhas ancestrais.

Portanto, aborda-se aqui o “Caminho das Missões” um possível patrimônio cultural imaterial missioneiro (GONÇALVES; SANTOS, 2019), isto é, um bem simbólico cultural que vai além das materialidades já tanto exploradas por essa região, uma vez que, ao referir-se ao ‘Patrimônio Cultural das Missões’ imediata e inevitavelmente são tecidas referências às expressões “materiais”, como por exemplo, aos sítios arqueológicos de São Miguel das Missões e São Lourenço.

De acordo com Vitor (2016), as “ruínas” são capazes de transmitir o passado *jesuítico-guarani*, permitem observar e imaginar tudo o que foi e como foi um dia, e coincidentemente, identificam ou tentam identificar quem é o “missioneiro” atualmente. Entretanto, da mesma forma que essa materialidade exposta como patrimônio é capaz de gerar um imaginário e pertencimento a esse passado *jesuítico-guarani*, acredita-se que as expressões intangíveis também são capazes de despertar tais subjetividades.

Com base nessa percepção e guiadas pelos preceitos de patrimonialização na perspectiva de Jean Davallon que explora-se, por meio de um estudo teórico-reflexivo, a importância e a pertinência da rota Caminho das Missões para que possa ser reconhecida como patrimônio cultural imaterial missioneiro.

## 2 A EMERGÊNCIA DO CONCEITO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Com relação ao surgimento do conceito de patrimonialização, Davallon aponta que uma das primeiras propostas surge com Jean-Michel Leniaud (1992) na tentativa de responder sobre os possíveis critérios pelos quais os grupos decidem que bens podem ser considerados patrimônio:

Um objeto que perdeu seu “valor de uso” pode adquirir a partir de um processo de “apropriação” um “valor patrimonial” – ou, dito de outra forma, um reconhecimento de seu caráter patrimonial – de acordo com um certo número de critérios aplicados por aqueles que eles denominam “mediadores”. E ele propõe designar esse procedimento de “patrimonialização” (DAVALLON, 2014, p. 19, em livre tradução).

Essa definição, ainda que elementar ou embrionária, chama a atenção para o fato de que a atribuição do status de patrimônio ou o caráter patrimonial não reside no objeto em si, mas passa agora por um processo, logo, se situa na aplicação de critérios implícitos e explícitos (DAVALLON, 2014).

Na perspectiva inaugurada por Leniaud, os mediadores são os atores institucionais que atuam na cadeia patrimonial, interferindo ou influenciando nos critérios que definem o valor patrimonial de um objeto e, por consequência, no seu reconhecimento como “patrimônio” que pode entrar em um dado Inventário (DAVALLON, 2014, p. 19).

Essa atribuição, bem como seus critérios, são parte de uma definição tradicionalmente estabelecida, mas são administrativamente e institucionalmente decididas, de maneira que os valores patrimoniais validados tornam-se as qualidades do próprio objeto. Nesse movimento, de patrimonialização institucional, as qualidades do objeto são os traços ou indícios de sua ligação com seu mundo de origem, suas raízes no passado que não podem ser replicadas, logo, sua prova de autenticidade. O objeto patrimonial é portador de características (patrimoniais) únicas e originais, tornando-o um representante do passado no presente (DAVALLON, 2014, p. 20).

---

2 No original em francês: « un objet qui a perdu sa «valeur d’usage» peut acquérir par une procédure «d’appropriation» une «valeur patrimoniale» — autrement dit une reconnaissance de son caractère patrimonial — selon un certain nombre de critères appliqués par ceux qu’il appelle des «médiateurs». Et il propose de désigner cette procédure d’appropriation sous le nom de «patrimonialisation».



Nesse caso, não há necessidade de atestar o mundo de origem, ele está fora de tela. O saber a seu respeito já existe alhures e serve de base ao trabalho de patrimonialização que se resume em uma expertise e em uma declaração. De uma certa maneira, o mundo social ao qual pertence o objeto, tanto no passado como no presente, é colocado entre parêntesis, deixado de fora da operação de patrimonialização. Os traços do primeiro e do quarto gesto (o interesse social pelo objeto e sua exposição) são integrados na cadeia patrimonial do próprio Inventário, presentes seja no olhar do experto (como indicam os traços de emoção em seu discurso) seja na produção de documentos (especialmente fotográficos)<sup>3</sup> (DAVALLON, 2014, p. 20 em livre tradução).

A categoria chamada “patrimônio etnológico” ou patrimônio social é para Davallon umas das mais complexas, por compreender realidades muito diversas, como patrimônios industriais, religiosos, rurais, urbanos, de ofícios ou de produtos locais, considerados como novos patrimônios e que guardam como característica comum o recurso à pesquisa etnológica para o seu estudo.

Devido à natureza singular dos objetos - diversos e heterogêneos - o processo de patrimonialização depende de uma validação social da coletividade (e das autoridades relacionadas) mas também de uma validação externa, científica, pela produção de conhecimento que possa ser gerado a partir desse patrimônio e o interesse social que aí reside. Assim, é preciso convencer o grupo social sobre a importância de preservação desses objetos, bem como as autoridades com competência para outorgar o status patrimonial, e ainda garantir a existência de um público de interesse para esse novo patrimônio.

Nesse caso, Davallon aponta que o processo de patrimonialização de um patrimônio social compreende a) um grupo de interesse social – reconhecimento e mobilização social do grupo; b) o caráter etnológico da pesquisa

---

3 No original: « Dans ce cas, nul besoin d’attester le monde d’origine, il est hors-champ. Le savoir le concernant existe déjà ailleurs et sert de base au travail de patrimonialisation qui se résume en une expertise et en une déclaration. D’une certaine façon, le monde social auquel appartient l’objet, dans le passé comme dans le présent, est mis entre parenthèses, rejeté en dehors de l’opération de patrimonialisation. Des traces du premier et du quatrième geste (l’intérêt social pour l’objet et sa mise en exposition) sont intégrées à la chaîne patrimoniale de l’Inventaire elle-même, présentes soit dans le regard de l’expert (comme l’indiquent les traces d’émotion dans son discours) soit dans la production de documents (spécialement photographiques) ».

– conhecimento inerente ao objeto, à sua origem, e mesmo a componente imaterial, como a memória que deriva de sua preservação; c) a necessidade de uma integração no espaço público – reconhecimento externo, validação científica que demonstra o interesse social do objeto, fazendo com que todo patrimônio cultural possua uma dimensão social e uma dimensão do saber (DAVALLON, 2014, p.21-22).

Um exemplo, que será abordado nesse estudo, diz respeito à possibilidade de patrimonialização de uma rota ou roteiro turístico e cultural, criada na Região das Missões dos Rio Grande do Sul e denominada “Caminho das Missões”. Trata-se de um objeto comercial, como roteiro turístico-cultural comercializável, mas também objeto de grande “valor patrimonial”, característica essa que justifica o interesse de peregrinos na experiência de percorrê-la. Tal fator, o interesse comercial, de mapeamento, criação e comercialização dessa rota, como um turismo cultural e ao mesmo tempo de experiência, assim como o interesse dos visitantes, demonstra a valorização e o reconhecimento social de tal patrimônio imaterial. Da mesma forma, as pesquisas realizadas por acadêmicos que buscam investigar e compreender suas características patrimoniais, como analisaremos neste trabalho.

### **3 PATRIMONIALIZAR O “IMATERIAL”?**

Davallon ressalta que as características atribuídas ao patrimônio imaterial assemelham-se àquelas do patrimônio social. Enquanto categoria essa forma patrimonial tem sua definição apresentada pela UNESCO em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada em Paris e, a partir dos princípios nela estabelecida, Davallon (2014) define que a patrimonialização de objetos dessa natureza possa se organizar em três momentos: 1) o reconhecimento pelo grupo social – que não está ligada aqui à descoberta do objetos de valor patrimonial, mas à legitimação do interesse social na preservação de algo de importância como um elemento cultural para a coletividade, seja ela uma música, um ritual, uma prática, etc.; 2) uma declaração político-administrativa – um atestado de reconhecimento, como, por exemplo, figurar na lista da UNESCO, e as etapas anteriores a esta, como a validação na comunidade, na cidade, no estado e no país, integram esse cenário de patrimonialização, assim como a produção de conhecimento sobre, a fim de justificar o pedido de reconhecimento e atestar o valor patrimonial ; 3) a atividade que permita dar vida a esse patrimônio – para manter o patrimônio vivo. Davallon (2014) afirma que não basta ape-



nas conservá-lo, é preciso também garantir a permanência de um número mínimo de características para que ele continue sendo reconhecido como patrimônio.

Definitivamente, podemos dizer que o patrimônio imaterial é, portanto, tanto ‘eletivo’, ‘declarativo’ (no sentido administrativo do termo) e ‘evolutivo’. Mas, de acordo com o panorama da Unesco, a patrimonialização resume-se, de fato, por um lado ao grupo social o reconhecê-lo como sendo já seu patrimônio e, por outro lado, a um caminho de especialização (com forte dimensão política) levando ao seu reconhecimento como patrimônio cultural imaterial da humanidade. Tudo acontece, portanto, como se estivesse em um presente contínuo, desde sempre patrimônio e, logo, sem necessidade de ser patrimonializado.<sup>4</sup>

Na visão do autor o que ocorre é que a especificidade do patrimônio imaterial revela uma patrimonialização outra, escondida, ou ainda, dá origem a um novo regime de patrimonialização que repousa na “patrimonialidade” singular dos objetos imateriais.

#### **4 UM NOVO REGIME DE PATRIMONIALIDADE E DE PATRIMONIALIZAÇÃO**

Recuperando os preceitos de Laurier Turgeon, Davallon assinala que as diferenças entre os regimes de patrimonialidade diz respeito ao fato de que o patrimônio cultural imaterial se caracterize pelo valor mais afetivo e memorial (do que o patrimônio material), assim como pelo caráter dinâmico dos objetos, pela transmissão deste, por sua transformação permanente, sua gestão e valorização pelos grupos ou comunidades, assim como pelo poder de revitalização desses grupos.

Passamos do estado de contemplação dos objetos materiais e de busca de características de autenticidade neles, para um estado de experiência ou de execução (no caso das práticas, dos ritos) através de performances

---

4 No original: « En définitive, on peut donc dire que le patrimoine immatériel est donc à la fois «électif», «déclaratif» (au sens administratif du terme) et «évolutif». Mais, selon le scénario de l’Unesco, la patrimonialisation se réduit de fait d’une part à ce que le groupe social le «reconnaisse» comme étant (déjà) son patrimoine et d’autre part à un parcours d’expertise (à forte dimension politique) aboutissant à sa reconnaissance comme patrimoine culturel immatériel de l’humanité. Tout se passe donc comme s’il était, dans un présent continué, toujours déjà «patrimoine», et donc sans nul besoin d’être patrimonialisé ».

efêmeras, que retraçam um objeto ideal que existe apenas na memória dos grupos ou como uma construção científica, mas que podemos observar as manifestações.

A complexidade dos objetos patrimoniais imateriais faz com que o próprio processo de patrimonialização de tais objetos seja bastante singular e, por vezes, subjetiva, dificultando o seu processo. Na reflexão tecida por Jean Davallon coloca-se em crise também o papel do grupo social no (re) conhecimento de sua cultura e na formação de um consenso sobre o que se entende por “patrimônio ideal”, o qual torna-se referência para a manutenção, conservação e validação (e mesmo valoração) dos objetos que se pretende patrimonializar. O autor sugere que essa dinâmica de estabelecimento dos critérios, da lista de propriedades constitutivas dos objetos patrimoniais, seja definida a partir de estudos das “manifestações observáveis” e representativas da coletividade, contando também com a reflexividade de um terceiro, uma espécie de mediador, como um etnólogo, capaz de observar e acompanhar o grupo e legitimar o valor do objeto para estes, em um dado espaço-tempo (DAVALLON, 2014).

Deve-se notar que essa reflexividade introduzirá uma divisão entre o tempo em que o elemento era um elemento simples entre outros da cultura vivida e o presente onde ele é estudado, reconhecido, promovido como patrimônio, e onde ele se torna um signo dessa cultura, com todas as consequências que uma tal ruptura na cultura pode ter<sup>5</sup> (DAVALLON, 2014, p.24).

Por outro lado, destaca também a problemática relativa à disponibilização ou transmissão do patrimônio imaterial como um trabalho de “conformidade”, que precisa ajustar a experiência ou manifestação presente com aquela idealizada (patrimônio ideal), e que prescinde de uma interpretação sempre pessoal a partir do repertório cultural ao qual o objeto pertence.

## **5 PATRIMÔNIO CULTURAL E A DIMENSÃO IMATERIAL NAS MISSÕES JESUÍTICO-GUARANIS**

De acordo com as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políti-

---

5 No original: « Il faut noter que cette réflexivité va introduire un partage entre le temps où l'élément était simple élément parmi d'autres de la culture vécue et le présent où il est étudié, reconnu, promu comme patrimoine, et où il devient signe de cette culture, avec toutes les conséquences qu'une telle rupture dans la culture peut avoir ».

cas Culturais, em sua convenção sobre a Diversidade cultural, cultura é: “o conjunto de traços distintos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos de uma sociedade ou grupo social, que compreende, além das artes e as letras, os estilos de vida, as formas de convivência, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (ROSSI et al 2006, p. 182), isto é, cultura é tudo aquilo que foi criado pela humanidade ao decorrer de sua vivência, tanto em perspectiva ao material como do não material.

Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que as manifestações culturais caracterizadas em objetos, monumentos, saberes, conhecimentos, utensílios, etc., acompanhados de sua importância social, econômica, cultural e científica, formam o patrimônio cultural (SOUZA, 2016). Os bens culturais retratam algo que vai além do objeto em si, eles expressam também um aporte simbólico, pois neles são empregados novos sentidos e subjetividades.

À vista disso, aborda-se a ordem onde estão os lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, formas de saber fazer, música, dança, culinária, etc., como patrimônio imaterial. Nesta perspectiva de patrimônio, o destaque recai em relação aos aspectos materiais e por outro lado se dá ênfase aos aspectos valorativos das formas de existência, evidenciando as concepções da intangibilidade (ABREU; CHAGAS, 2009).

Considerando as ponderações de Davallon, analisa-se um caso específico sobre as dimensões do patrimônio imaterial nas Missões Jesuítico-guaranis. Neste caso, destaca-se certos elementos e influências culturais que podem ser apontadas como parte do patrimônio cultural imaterial missionário, como por exemplo, o hábito de tomar chimarrão e constituir criações de gado, já que as plantações de erva-mate e a criação de gado eram uma das principais atividades econômicas das reduções jesuíticas; além disso, a crença em benzimentos e as letras das músicas regionalistas ressaltando o chamado “missioneiro” e relacionando com o gauchismo.

Para contextualizar tais elementos, faz-se necessário um breve resgate histórico sobre o contexto de criação das Missões. Salienta-se que as Missões Jesuíticas foram parte do projeto de tomada da América, elaborado pelas coroas ibéricas durante os séculos de XVI, XVII e XVIII (VALENZUELA, 2013). A então colonização dos espanhóis na América buscou a catequização e civilização dos povos indígenas que habitavam os territórios que hoje são parte do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. Segundo Pinto (2011), o processo de fundação das Missões ocorreu em dois ciclos que contribuíram

para a constituição de trinta povoados missioneiros da Província Jesuítica do Paraguai. No primeiro ciclo das Missões foram fundadas reduções no Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil (PINTO, 2011). No segundo ciclo consolidou-se os chamados “Sete Povos das Missões”, que atualmente fazem parte do território onde se localiza o Rio Grande do Sul.

Vale ressaltar que as Missões remanescentes de São Miguel são declaradas como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, reconhecidas como lugar histórico e tombadas como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN. Porém as questões em relação ao patrimônio intangível das Missões ainda são pouco exploradas, tendo em vista que as manifestações em relação a imaterialidade do território das Missões também são capazes de desencadear um imaginário e pertencimento ao passado *jesuítico-guarani*. Os caminhos trilhados, a música, os ritos e rituais herdados, os saberes e fazeres, são expressões simbólicas capazes de auxiliar na construção de uma “identidade missioneira”, que segundo Vitor (2016), existe porém não é algo que possa ser dado aos habitantes da região das Missões, mas sim deve ser construído e legitimado para que se caracterize como forma de pertencimento dos indivíduos que residem nestas regiões, ou seja, segundo Dias (apud VITOR, 2016, p. 5) “nesse contexto, patrimônio e identidade se misturam na medida em que patrimônio simboliza a identidade cultural de uma comunidade, pois ao se identificarem com aquele, os membros do grupo compartilham simbolismos e significados”.

Cabe enfatizar que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), inscreveu, em dezembro de 2014, o bem imaterial “Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani” no Livro de Registro de Lugares. De acordo com o IPHAN, o registro da Tava justifica-se por sua misticidade, importância enquanto lugar de memória e à ação do povo Guarani no tempo presente. Para os Guarani-Mbyá, a Tava é “um espaço vivo, lugar de atividades e de aprendizado”.

Dentro desta perspectiva, observa-se outro caso específico acerca do Caminho das Missões, o qual será abordado no tópico a seguir.

## **6 O CAMINHO DAS MISSÕES: PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL MISSIONEIRO?**

O Caminho das Missões propriamente dito é um roteiro turístico-cultural criado em 1999, por quatro sócios da Operadora de Turismo “Caminho das Missões”. O roteiro tem como objetivo interligar os antigos caminhos Jesuí-

tico-guaranis, que eram percorridos entre uma redução e outra por trilhas antigas. Além disso, o itinerário surgiu como uma proposta de valorização da cultura missioneira, já que resgata diversos elementos e simbologias da cultura missioneira.

Pinto (2011, p. 83), salienta que “este trajeto materializa e essencializa a cultura missioneira através de uma narrativa marcada pela alteridade”, isto é, dispõe de um potencial turístico e uma representatividade de herança cultural, possibilitando relações culturais com a comunidade.

Diante das reflexões mencionadas, é imprescindível perceber que o patrimônio cultural põe em circulação bens culturais de extrema importância no mercado de bens simbólicos. Neste caso em particular, se tratando do Caminho das Missões e as perspectivas deste bem se tornar um patrimônio imaterial missioneiro, é possível recorrer às contribuições de Jean Davallon sobre os processos de patrimonialização. Nesse sentido, Davallon argumenta que devido às especificidades e singularidades que envolvem os objetos patrimoniais imateriais, o seu respectivo processo de patrimonialização, por sua vez, se concretiza de maneira mais subjetiva e depende de uma validação social da coletividade.

No cenário do Caminho das Missões, percebe-se que a amplificação e democratização do roteiro, que hoje é de monopólio da Operadora de Turismo Caminho das Missões, depende sobretudo de políticas públicas, tanto para fomento quanto para preservação desse bem. Por esse motivo, uma das propostas desse trabalho é justamente propor o Caminho das Missões como um patrimônio imaterial, devidamente registrado como tal, levando em consideração os conceitos da patrimonialização.

A idealização é de que o Caminho das Missões seja acessível, possibilitando fluxos econômicos, sociais e culturais na região. De certo modo, é notório que o setor privado promove e desenvolve o turismo nas regiões em potencial, todavia é necessário a inserção de políticas públicas para que este se torne um turismo sustentável. E é justamente esta proposta de promoção que se propõe ao roteiro turístico-cultural Caminho das Missões, tendo como base um turismo sustentável.

À vista disso, destaca-se que quando se fala em patrimônio, seja ele material ou imaterial, fala-se em um interesse coletivo, associado às práticas sociais construídas no interior da vida social de cada indivíduo (VELOSO, 2006), o que faz com que as políticas patrimoniais de valorização sejam pensadas levando isso em consideração. Porém, para que a preservação e a valoriza-



ção do patrimônio se concretize é necessário que haja a conscientização e a iniciativa dos órgãos responsáveis, conselhos, representações públicas e principalmente da comunidade em geral, sobretudo em relação aos bens intangíveis, pois pensa-se que um registro por vezes não é suficiente para preservar, valorizar e publicizar um patrimônio imaterial, visando que este também constitui um modo de ser cultural, econômico e social dos povos que habitam a região das Missões.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, o estudo enfatizou a construção teórica de Jean Davallon, sociólogo francês atuante nas áreas de Ciências da Informação e da Comunicação e com importantes aportes sobre as investigações em torno do Patrimônio, da mediação e da patrimonialização, para, a partir de sua profícua abordagem, analisar se o “Caminho das Missões” reúne as características necessárias para tornar-se um patrimônio imaterial missioneiro.

A abordagem de Davallon destaca características patrimoniais, assim como certos elementos fundamentais no processo de “patrimonialização” de certos bens, ao que damos especial atenção aqueles intangíveis ou imateriais.

Nesse ponto, o autor destaca que é preciso compreender que, quando falamos em “patrimônio imaterial”, trata-se, sobretudo de uma tentativa de disponibilização, na atualidade, de um dado elemento, evento, rito, do passado, visto e reconhecido como patrimônio ideal (em sua forma original), porém, tais manifestações vão intervir em um contexto diferente, em um momento em que as expectativas dos grupos e suas percepções sobre aquele patrimônio também estarão alteradas (muitas vezes atualizadas pela força do tempo). Isso sem falar nas formas possíveis de circulação e consumo do objeto patrimonial, podendo distanciar-se enormemente da proposta e da cultura a qual originou-se, e, logo, impossibilita a manutenção da forma original ou idêntica do patrimônio imaterial.

Isso é o que acontece e o que percebemos ao analisar e vivenciar a experiência na rota Caminho das Missões, aqui investigada como patrimônio imaterial que guarda e propaga as memórias, os ritos, a cultura e as narrativas que ajudam a “retraçar” ou “recuperar” tais aspectos patrimoniais intangíveis, mas, igualmente, fundamentais à salvaguarda das origens da Missões Jesuítico Guaranis brasileiras.

A partir dos elementos apontados por Davallon (2014), no processo de

patrimonialização aplicado a bens imateriais, nota-se que o Caminho das Missões atende a todos os critérios, no que diz respeito a um patrimônio de caráter social: 1º) Há o interesse e o reconhecimento coletivo, manifestado por grupos sociais como a Operadora turística que mapeou e traçou o roteiro, os peregrinos e visitantes que o frequentam, e a comunidade que o legitima, como demonstrado por iniciativas como a da Secretaria de Cultura da Cidade de Santo Ingo, que passou a publicizar o Caminho em suas páginas oficiais; 2º) Existe um caráter etnológico na pesquisa, que possibilitou gerar conhecimento sobre as Missões e as narrativas do período reducionista, inerentes à sua imaterialidade, como descrito na pesquisa etnometodológica de Gonçalves (2019); 3º) A integração no espaço público e a validação científica, conforme explicitado em pesquisas e publicações validadas por membros externos, da comunidade acadêmica brasileira (GONÇALVES; SANTOS, 2019; 2020; 2021) e também estrangeira (GONÇALVES; SANTOS, 2020; 2021)

A perspectiva e as reflexões apontadas por Davallon (2006; 2014), exploradas nesse estudo ainda de maneira inicial, podem ser aprofundadas e validadas em investigações que, tal como a nossa, busquem subsídios à compreensão do fenômeno da patrimonialização, bastante explorado nas disciplinas de história, ciências sociais e museologia, mas ainda pouco discutidas no âmbito das Ciências da Comunicação, como se propõe o autor supracitado. Espera-se, com isso, que nosso estudo possa instigar novas e outras análises a partir da ótica info-comunicacional, do patrimônio, da patrimonialização e da mediação patrimonial no *carrefour* de teorias brasileiras e francófonas, para o avançar do conhecimento em nossa área.

## REFERÊNCIAS

ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e Patrimônio ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

DAVALLON, Jean. À propos des régimes de patrimonialisation : enjeux et questions. **Actas... Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva**, Nov 2014, Lisboa, Portugal, 2014.

DAVALLON, Jean. **Le Don du patrimoine : Une approche communicationnelle de la patrimonialisation**. Paris : Hermès Sciences-Lavoisier, 2006.

GONÇALVES, Ingrid B. **O “Caminho das Missões” como patrimônio cultural imaterial missioneiro**. 74fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Públicas). São Borja: Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA, 2019.

GONÇALVES, Ingrid B.; SANTOS, Larissa C. Patrimônio imaterial no Caminhos das Missões: apropriações memoriais ou narrativas coloniais sobre as Missões jesuítico-guaranis?. **RE-**

**LACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade.** , v.6, p.1 - 15, 2021.

GONÇALVES, Ingrid B.; SANTOS, Larissa C. Patrimônio Cultural Imaterial: investigar las Misiones Jesuítico-Guaraníes brasileñas através de la etnometodología. In: **Actas... 12º Congreso Argentino de Antropología Social - CAAS**, GT 35-Etnografía de la Comunicación: procesos mediáticos. La Plata, 2021.

GONÇALVES, Ingrid B.; SANTOS, Larissa C. Caminho das Missões: Imaterialidade e os desafios da patrimonialização. **MISSÕES: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.** , v.6, p.165 - 179, 2020.

GONÇALVES, Ingrid B.; SANTOS, Larissa C. Memória e patrimônio nas pesquisas em relações públicas na Unipampa: investigando a patrimonialização das Missões Jesuítico-Guarani In: **Experiências e perspectivas: 10 anos do curso de Relações Públicas da Unipampa**. 1 ed. Santa Maria: FACOS, 2020, v.1, p. 24-41.

GONÇALVES, Ingrid B.; SANTOS, Larissa C. Memórias (re)configuradas e disputas de sentidos nas narrativas do “Caminho das Missões” In: MAIA, Marta; PASSOS, Mateus Y. (Org.) **Narrativas midiáticas contemporâneas: epistemologias dissidentes**. 1 ed. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2020, v.1, p. 31- 46

GONÇALVES, Ingrid B.; SANTOS, Larissa C. Cultura e Patrimônio: o “Caminho das Missões” como patrimônio cultural imaterial In: Anais... INTERCOM SUL 2019 - Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2019, Porto Alegre. **ANAIS do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul**. São Paulo: INTERCOM, 2019. v.1. p.1 - 13

HARTOG, François. **Régimes d’historicité. Présentisme et expériences du temps**. Paris: Éd. Du Seuil, 2003.

LENIAUD, Jean-Michel. **L’Utopie française : Essai sur le patrimoine**. Paris : Éd. Mengès, 1992.

NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire**. Paris : Gallimard, 1992.

ROSSI, C. R. et al. **Diversidade Cultural: Relatos do Brasil e Argentina**. Educação: Teoria e Prática, v. 14, n. 26, 2006, p. 179. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106772>. Acesso em: mai. 2019.

PINTO, M. **A construção da Identidade Missioneira no Rio Grande do Sul e as Políticas Culturais no Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado – Área de concentração em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/301>. Acesso em: mai. 2019.

SOUZA, M. A. F. **A revitalização do museu de arte de Santa Maria: História, Memória e Patrimônio Cultural**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural. Santa Maria, 2016.

VALENZUELA, T. S. **Jogos e ensino de História: uma proposta de reconhecimento do patrimônio cultural dos 7 povos das missões**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural. Santa Maria, 2013.

VELOSO, M. **O Fetiche do Patrimônio**. Goiânia: Habitus, v. 4, n.1, p. 437-454, 2006.

VITOR, A. G. O Patrimônio Cultural Imaterial da região das Missões. **Anais... 2º encontro missioneiro de Estudos Interdisciplinares em Cultura**. São Luiz Gonzaga, v. 2, 2016. Disponível em: [http://omicult.org/emicult/anais/?page\\_id=744](http://omicult.org/emicult/anais/?page_id=744) Acesso em: 15 set 2021.

## **Larissa Conceição dos Santos**

Professora Adjunta - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutora em Sciences de l'Information et de la Communication (PARIS-SORBONNE). Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP). Grupo de Pesquisa t3xto - UNIPAMPA/CNPq. Laboratoire GRIPIC -CELSA/PARIS-SORBONNE.

E-mail: larissasantos@unipampa.edu.br

## **Ingrid Bomfim Gonçalves**

Mestranda em Comunicação e Indústria Criativa (PPGCIC-UNIPAMPA). Bacharela em Relações Públicas pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Investigadora no Projeto de Pesquisa Memória Pública e Memória cultural: um estudo histórico-comunicacional, integrante do Grupo de Pesquisa t3xto (UNIPAMPA) e do Grupo de Pesquisa GADH (UFRGS).  
E-mail: ingridbgoncal@gmail.com